

Currículos da Escola Normal Paulista (1846-1920): Revendo uma Trajetória

Jane Soares de Almeida

Universidade Estadual Paulista (Unesp)

No período de 1846 a 1920, a Escola Normal do Estado de São Paulo apresentava uma organização curricular na qual a cultura geral se sobrepunha ao aspecto pedagógico do curso. A reforma efetuada por Caetano de Campos em 1890, de inspiração norte-americana, introduziu uma estruturação curricular, com ênfase nas atividades práticas dos alunos, realizadas nas escolas-modelo, que até os tempos atuais se mantêm nos cursos de formação de professores em nível de 2º grau. Conhecer a estrutura curricular das antigas escolas normais de São Paulo possibilita um repensar sobre a dimensão organizativa da formação dos professores nesse estado e no País, através de um curso que tem se notabilizado pela freqüência do contingente feminino.

Introdução

Na sociedade imperial, dominada pelas oligarquias latifundiárias e a burguesia comercial, de ideologia racista e escravagista, podemos caracterizar a Escola Normal, surgida das necessidades da *escola para todos*, como uma instituição precária que abria ou fechava dependendo de decisões políticas. Num momento histórico que apontava a educação como forma de ascensão social e equalização de oportunidades, além do número reduzido de escolas, insuficientes para atender à crescente demanda da classe média emergente, a qualidade de ensino deixava muito a desejar. A

Escola Normal nada mais era que o aprofundamento desses estudos, marcada, segundo Werebe (1963, p.212), "social e culturalmente pelo chamado 'espírito primário', no sentido de que a formação ministrada pelos cursos normais era considerada de nível elementar", na idéia vigente de que o professor necessitava saber somente aquilo que ia ensinar.

As primeiras escolas normais eram escolas de um único mestre e dirigidas apenas aos candidatos do sexo masculino. Na época, o preconceito contra a mulher, considerada inferior orgânica e intelectualmente, impedia seu acesso ao saber e ao exercício de uma profissão. Só a partir da metade do século é que a educação das meninas passou a ser confiada a colégios particulares, católicos em sua maioria, ministrando ensinamentos superficiais, *apropriadamente femininos*, e, exclusivamente, dirigida à classe dominante, que possuía recursos para dar-se ao luxo de enviar suas filhas a colégios pagos. Mesmo a essas jovens privilegiadas eram reduzidas as leituras permitidas e elas se mantinham vivendo na estreiteza de um mundo predominantemente doméstico. O quadro da instrução feminina, no geral, era ainda mais sombrio, pois essa precária formação intelectual era oferecida a uma diminuta elite, sendo a maioria da população feminina analfabeta, como aliás ocorria com a população do País no período¹.

As primeiras Escolas Normais em São Paulo

As primeiras escolas normais caracterizavam-se pela precariedade dos programas e não apresentavam uma proposta pedagógica coerente com seus objetivos, e também não havia professores habilitados para lecionar nessas escolas. A primeira escola normal da província de São Paulo foi criada a 16 de março de 1846, pela Lei nº 34. Do plano de ensino,

¹ " Na população geral, de entre os homens, são analfabetos 68.716; sabem ler e escrever 65.164. Por conseguinte, vê-se que pouco mais da metade não sabe ler nem escrever. De entre as mulheres, sabem ler 33.992; são analfabetas 58.161. Muito mais que a metade." (Relatório oferecido em 1875 por Cunha Leitão à Câmara dos Deputados, apud: Haidar, 1972, p.235).

constavam as disciplinas que o professor deveria ensinar no curso primário, sendo apenas uma, denominada Métodos e Processos de Ensino, de caráter pedagógico. As demais referiam-se àquelas que deveriam ser ensinadas no curso primário. Essa escola foi denominada Escola Normal Primária, com duração de dois anos, dirigida apenas aos alunos do sexo masculino, e apresentava o seguinte programa² (Moacyr, 1942, p.45):

Quadro 1 - Programa da Escola Normal Primária em 1846

Lógica

Gramática Geral e da Língua Nacional

Teoria e Prática de Aritmética

Noções Gerais de Geometria Prática e suas Aplicações

Caligrafia

Princípios da Doutrina Cristã

Métodos e Processos de Ensino

A influência da Igreja Católica mais o pensamento da época, imbuído de um espiritualismo eclético, marcavam notadamente o currículo das escolas. Observa-se nesse primeiro currículo a ausência de disciplinas consideradas formativas para o exercício do magistério, destacando-se mais o aspecto de uma cultura geral do que pedagógica. As escolas normais funcionaram precariamente nesse período, e as variações oscilavam ao sabor dos ventos culturais e políticos e aos constantes fechamentos e aberturas dos cursos. Depois que a instituição adquiriu certa solidez, as mudanças curriculares passaram a se processar em períodos mais longos e espaçados. Embora não aparecessem no currículo, Moacyr (1942, p.49) refere-se aos *exercícios práticos de ensino* que o regulamento da escola normal recomendava fossem feitos nas escolas primárias da capital. Não constando

² Não foi possível obter dados que permitissem verificar se as disciplinas eram desenvolvidas igualmente em dois anos, assim como sobre a carga horária de cada uma.

oficialmente dos currículos, esses exercícios significavam a prática de ensino que o aluno-mestre deveria exercitar em classes do ensino primário.

Pela Lei nº 5, de 16 de fevereiro de 1847, foi criada uma escola normal feminina no Seminário das Educandas, conhecido na época por Seminário do Acu. Nos mesmos moldes da escola masculina, funcionava com curso de dois anos e possuía um programa restrito no qual se incluíam Gramática Portuguesa, Aritmética, Doutrina Cristã, Francês e Música. Em 1851, um decreto mandou prover as cadeiras públicas do sexo feminino com educandas maiores de 25 anos que revelassem aptidão para o magistério. A escola durou menos de dez anos, tendo sido suprimidas pela Lei nº 31, de 7 de maio de 1856. Em 1874, a Lei nº 9, de 22 de março, criou novamente a escola normal. O currículo continuava restrito e fragmentado. Dava-se ênfase ao ensino da língua francesa, a Igreja defendia e conseguia a obrigatoriedade do ensino religioso e os ensinamentos básicos se impunham em detrimento dos pedagógicos. A história ensinada não possuía nenhuma relação com a realidade do País, pois se desenvolvia como História Sagrada e Universal. Um pouco de Geografia e Aritmética mais Caligrafia completava a formação dos futuros professores. Na realidade, o que se esperava destes era que dominassem as noções básicas do conteúdo do ensino primário. Embora nesse currículo os exercícios práticos de ensino viessem atrelados com Metodica e Pedagogia, seu desenvolvimento processava-se da mesma forma que nos anos anteriores, através da prática nas escolas primárias exercida pelos alunos da escola normal:

Quadro 2 - Currículo da Escola Normal em 1874

Língua Nacional e Francesa
Caligrafia
Doutrina Cristã
Aritmética e Sistema Métrico
Metódica e Pedagogia com Exercícios Práticos
Cosmografia e Geografia
História Sagrada e Universal

Fonte: MOACYR, P. *A instrução pública no Estado de São Paulo*. p.56.

Essa escola possuía tanto a seção masculina como a feminina. A seção masculina funcionava no período da tarde, nas salas do extinto Curso Anexo da Academia, e a feminina, no Seminário da Glória. Em 1878 o curso foi novamente fechado e reativado em 1880, passando a funcionar na Rua da Boa Morte até sua mudança para a Praça da República, em 1894. Com a abertura da seção feminina, embora o programa fosse dirigido a ambos os sexos, verifica-se neste uma redução e simplificação em relação aos currículos anteriores:

Quadro 3 - Currículo da Escola Normal em 1876 (para as seções masculina e feminina)

1ª Cadeira - Língua Nacional e Aritmética

2ª Cadeira - Francês, Metódica e Pedagogia

3ª Cadeira - Cosmografia e Geografia

4ª Cadeira - História Sagrada e Universal e Noções Gerais de Lógica

Fonte: REIS FILHO, C. dos. *A educação e a ilusão liberal*, p.130.

O currículo da Escola Normal em 1876 desenvolvia-se em quatro *cadeiras*, designação dada às disciplinas ministradas por cada professor ou *lente*. Foram feitas algumas modificações no programa, embora pouco significativas. Os exercícios práticos de ensino, constantes no currículo em 1874, desapareceram. O francês passava a ser atrelado à cadeira de Metódica e Pedagogia e muitos manuais escolares desse período eram escritos nessa língua, o que mostra uma escola de elite destinada a segmentos sociais que dominavam um certo conhecimento. À História se acrescentou Noções Gerais de Lógica, possivelmente numa tentativa de se adicionar um caráter filosófico e reflexivo ao curso, embora não se possa afirmar isso com certeza, dada a ausência de documentação a respeito.

Em 1880, na província de São Paulo, foi inaugurada a terceira Escola Normal,³ com curso de três anos, classes mistas e cinco profes-

³ "... em 2 de agosto de 1880, era inaugurada a terceira Escola Normal de São Paulo, a que deu origem ao atual Instituto de Educação Caetano de Campos, da Praça da República. Criada pela Lei nº 130, de 25 de abril de 1880, seu regimento interno foi aprovado em 30 de junho". Salvador Rocco, apud Reis Filho, 1981, p. 130.

res ministrando aulas em cinco cadeiras. Junto a essa escola, foi criado um curso preparatório anexo, com duas classes, uma para cada sexo. Não houve inovações significativas em seu currículo ou funcionamento, a não ser a introdução das aulas mistas, fato claramente progressista para os padrões da época e decorrente dos debates acerca da co-educação, que tiveram lugar nesse fim de século. Com isso, pode-se pensar, no nível educacional, num abrandamento do poder da Igreja, que sempre se colocara contra a co-educação? Ou houve influência das escolas protestantes que, na época, principiavam a despontar no panorama do ensino no País? São questões que merecem ser aprofundadas, pois, apesar do sistema co-educativo ao qual a Igreja se opunha, no currículo das escolas normais o ensino da religião católica sempre esteve presente.

Mesmo com a ampliação curricular, os exercícios práticos de ensino continuavam sendo feitos nas escolas primárias, mas não apareciam formalmente no currículo como disciplina ou atividade. As disciplinas básicas como Língua Portuguesa, História, Geografia e Aritmética mantinham-se, assim como o Francês, Física e Química passaram a fazer parte do currículo e, curiosamente, as disciplinas pedagógicas eram ministradas juntamente com Religião. As atividades de Caligrafia e Desenho diferenciavam-se para os dois sexos.

Caetano de Campos e a Reforma de 1890

A reforma efetuada na Escola Normal em 1890 por Caetano de Campos pode ser considerada a única reforma que alterou significativamente o ideal da formação prática do professor e que alicerçou a escola no sistema escolar, a qual, com o crescimento do seu prestígio entre a população, passou a atrair cada vez mais o contingente feminino, que viu nela a oportunidade de educar-se e instruir-se.

Para uma melhor compreensão da importância da reforma, é necessária uma retomada dos ideais educacionais que caracterizaram o

final do Império e a Proclamação da República. No plano social, a elevação do nível econômico das classes média e superior e a influência cultural proporcionada pelo recebimento de imigrantes europeus levaram a sociedade a rever determinados valores que até então lhe permeavam a existência com resquícios do Colonialismo. Esses novos fatores acabaram por promover mudanças sociais no País e na sociedade brasileira. A doutrina positivista de Augusto Comte passou a ter reflexos no pensamento político do País, principalmente em relação às idéias abolicionistas e republicanas. A escravidão, considerada mesmo por ideólogos liberais como um "mal necessário", dada sua importância para a poderosa classe senhorial da antiga Colônia, entrou em franco processo de extinção, até culminar com a Abolição em 1888, sendo substituída gradualmente pela mão-de-obra européia. O padrão de existência, que se elevava para as classes médias e superiores, não mudou para a maior parte da população, que continuava na mais extrema pobreza, com baixos níveis de saúde, alimentação, habitação e, naturalmente, educação, com altos índices de analfabetismo.

A Escola Normal, que intentava alicerçar-se no aparelho escolar da época, explicitava a função de dar formação profissional, aumentar a instrução e formar boas mães e donas-de-casa, e era procurada pelas jovens de bom poder aquisitivo para aprimorar sua educação, mas que não manifestavam a intenção de dedicar-se ao magistério, como também por moças mais pobres que a ela se dirigiam em busca de um diploma que lhes permitisse exercer uma profissão e sustentar-se. Nesse período ganhavam também força os movimentos pelo aprimoramento da educação da mulher, na esteira das idéias republicanas. A herança portuguesa de aprisionar as mulheres no lar e lhes interditar leituras e conhecimentos sofreu um certo apaziguamento, derivado das primeiras reivindicações feministas que passavam a agitar a Europa e os Estados Unidos, e que exigiam o acesso da mulher à educação através da escolarização formal como um pré-requisito para o direito ao voto fe-

minino. As camadas médias da população que atuaram politicamente no movimento republicano começaram também a reivindicar mais escolas, por verem a educação como uma forma de ascender socialmente e de poder concorrer com a classe dominante.

Nesse panorama de transformações sociais, pode-se considerar pouco significativo o desenvolvimento da Escola Normal, assim como o do sistema educacional até o Império, servindo estes mais como apoio às relações hegemônicas da sociedade da época e à reprodução dos aspectos sociais e econômicos vigentes no País. Permaneceu o viés elitista, com a descentralização do ensino, que atribuiu à Federação a incumbência de legislar sobre a educação secundária e a superior e, aos estados, sobre a elementar e a profissional, na qual se incluía a Escola Normal, persistindo, assim, aquilo que os estudiosos do assunto chamam de o dualismo do ensino. Comparada ao Império, a República trouxe uma elevação ao nível de estudos e à organização curricular da Escola Normal, embora esta continuasse funcionando mais como uma instituição que promovia uma cultura geral humanista, de baixa profissionalização, como bem apontam seus programas.

Após a Proclamação da República, a Escola Normal Paulista foi confiada à administração de Caetano de Campos, com a tarefa de nela implantar inovações, como primeiro passo para a Reforma Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo. A reforma, efetuada por Caetano de Campos pelo Decreto de 12 de março de 1890, foi fortemente influenciada pelo pensamento pedagógico de Rangel Pestana, o qual, por sua vez, admirava a estrutura do ensino norte-americano. Para ajudar na reforma foi convidada uma norte-americana radicada há pouco no Brasil, Marcia Browne, que lecionava à época no Mackenzie College, e d. Guilhermina Loureiro de Andrade, que estava morando no Rio de Janeiro e que estudara nos Estados Unidos por quatro anos.

Apesar de ter permanecido pouco tempo na direção da Escola Normal, menos de dois anos, o nome de Caetano de Campos ficou, defi-

nitivamente, ligado à história de todo o ensino normal do Estado de São Paulo. Adepto da ideologia veiculada pela doutrina positivista, Caetano de Campos⁴ implantou uma reforma baseada nos princípios da escola pública universal, gratuita, obrigatória e laica, colocando a formação do professor como fator fundamental para toda reforma de ensino. Dessa forma, a Escola-Modelo Superior surgiu como um setor de prática de ensino, destinada a normalistas, para praticarem o que "aprendiam teoricamente". O nome Escola-Modelo significava o aporte teórico-metodológico que lhe atribuía seu organizador, nos moldes do "aprender a fazer, fazendo" proposto por Comenius e Pestalozzi. Nos passos do método intuitivo, fazia-se presente a figura de um "professor ou professora-modelo", versados em um profundo conhecimento do método e da sua disciplina, ministrando "aulas-modelo", com a finalidade de preparar os normalistas para sua futura tarefa docente através da observação e da participação nas atividades em sala de aula. Nos anos seguintes, as Escolas-Modelo transformaram-se em Grupos Escolares. As que eram anexas à Escola Normal continuaram com a função de proporcionar exercícios práticos de ensino para os normalistas.

A grande importância da reforma de 1890 deveu-se à implantação da Escola-Modelo, num momento em que a difusão do método intuitivo, com origem em Pestalozzi, era considerado o método por excelência. Difundido no Brasil pelas Escolas Americanas Protestantes⁵, passou a ser aplicado nas Escolas-Modelo para o desenvolvimento da prática dos futuros mestres, a qual, pela primeira vez, foi sistematizada como disci-

⁴ Segundo Reis Filho (op. cit., p.50), Caetano de Campos, "livre pensador, convencido das idéias liberais de sua época, reflete as inúmeras influências que as várias correntes do pensamento europeu do século XIX difundiram no Brasil. É possível perceber, entretanto, o predomínio de um intelectualismo de base biológica que lhe dá visão naturalista ingênua do mundo e do homem (...) Ele vê claramente a dependência estreita entre democracia republicana e educação popular. Acredita que os americanos do norte haviam encontrado uma educação que atendia prontamente às exigências do regime democrático."

⁵ Sobre a influência do pensamento pedagógico norte-americano representado pelas escolas protestantes, consultar Barbanti (1985, p.65-76).

plina autônoma, detentora de metodologia própria, sendo-lhe atribuída grande importância. Pelo decreto de 12 de março de 1890, a Escola Normal, funcionando com dez cadeiras, passou a incorporar, no 3º ano do curso, os "exercícios práticos de ensino" desenvolvidos na Escola-Modelo, e esta se tornou um setor quase autônomo de Prática de Ensino. O entusiasmo de Caetano de Campos pelo método intuitivo, mais a influência do pensamento positivista, que na época impregnava de forma renovadora as mentes ilustradas do País, fizeram da Escola-Modelo o centro difusor do método. Concordando com o pensamento positivista, as leis físico-químicas e biológicas e as ciências naturais eram consideradas determinantes para a formação do aluno. Como base sólida dessa formação, ressaltavam-se os exercícios práticos de ensino, realizados nas classes de aplicação, preparando o futuro professor na técnica de transmissão de conhecimentos.

Essa reforma, renovadora na preparação prática do professor, foi determinante para o desenvolvimento da Prática de Ensino durante toda a história dessa disciplina no currículo da Escola Normal. Depois da reforma de 1890, a formação prática dos professores foi-se desenvolvendo exclusivamente através das suas diretrizes. Não houve avanços nem recuos, imobilizando-se num fazer considerado ideal. Ligeiras variações ou denominações diferentes não lhe alteraram a estrutura básica. As modificações sócio-político-econômicas ocorridas durante esse século refletiram-se muito pálidamente nessa atividade. A prática na formação do professor atravessou incólume as décadas seguintes: alteraram-se os currículos, transformou-se o curso, renovaram-se suas bases, mudaram sua clientela e sua denominação como disciplina, e os "exercícios práticos de ensino" continuaram sua trajetória, auxiliando na "formação prática" do futuro professor, tal qual os concebeu Caetano de Campos. Em 1890, o currículo da Escola Normal estava estruturado em três anos (Reis Filho, 1981, p.43):

Quadro 4 - Currículo da Escola Normal em 1890

PRIMEIRO ANO

Português
Aritmética
Geografia e Cosmografia
Exercícios Militares (para o sexo masculino)
Prendas e Exercícios Escolares (para o sexo feminino)
Caligrafia e Desenho

SEGUNDO ANO

Português
Álgebra e Escrituração Mercantil (para o sexo masculino)
Geometria
Física e Química
Ginástica
Música
Desenho
Economia Doméstica e Prendas (para o sexo feminino)

TERCEIRO ANO

História do Brasil
Biologia
Educação Cívica e Economia Política
Organização das Escolas e sua Direção
Exercícios Práticos

Nesse currículo, as disciplinas começavam a apresentar um caráter prático-utilitário acoplado aos lastros de formação humanista, provavelmente gerado pelos ideais burgueses e pelo capitalismo incipiente que estavam incorporando-se aos padrões sócio-culturais da República. A distribuição do curso em três séries correspondia aos três graus da instrução

primária, na prática já estabelecida de atrelar as reformas do Curso Normal às reformas do primário. Acrescentou-se Exercícios Militares para o sexo masculino e Prendas e Exercícios Escolares para o sexo feminino no primeiro ano, que não eram os exercícios práticos de ensino, dado que estes se desenvolviam somente no terceiro ano e se destinavam a ambos os sexos. No segundo ano, introduziu-se a disciplina Prendas Domésticas para as jovens normalistas e Escrituração Mercantil e Álgebra para os rapazes, o que revela uma concepção diferenciada de educação para os dois sexos. No terceiro e último ano do curso a Educação Cívica e a Economia Política passaram a fazer parte do programa e a História do Brasil substituiria a História Sagrada e Universal dos anos anteriores. Paradoxalmente, como disciplina de caráter pedagógico, apenas Organização das Escolas e sua Direção era ministrada no terceiro ano, tendo desaparecido as disciplinas denominadas Metódica e Pedagogia. Pela reforma de 1890, as escolas primárias que funcionavam anexas à Escola Normal e nas quais os alunos-mestres praticavam a docência, também foram transformadas em Escolas-Modelo.

Os ideais liberais que se imbricavam com as importações intelectuais características do período republicano transpareciam claramente no pensamento de Caetano de Campos, ao instituir a Escola-Modelo como reduto da formação prática do professor, e na grande importância da qual esta se revestia. O método intuitivo, no qual a vida mental começa pela atividade sensorial e, portanto, o processo da educação é a observação direta, fonte de todo conhecimento, do qual fala Pestalozzi, ilustrava os postulados de Caetano de Campos. Seu pensamento de que a formação técnica do professor, efetivada principalmente pelo trabalho na Escola-Modelo, através dos exercícios práticos de ensino, não era fundamentado numa base teórica consistente. Propunha mais um treinamento no domínio de técnicas do que propriamente na formação profissional. Foram contratadas para a direção das Escolas-Modelo as mesmas professoras

que haviam colaborado com Caetano de Campos na reforma da Escola Normal, Maria Guilhermina e Mareia Browne, ambas com justificada fama de grandes conhecedoras do método intuitivo, sem entretanto conhecer seus fundamentos, "daí a formação do professor ter acentuada feição de treino, de domínio, por meio de exercício, de procedimentos pedagógicos, sem preocupação com suas diretrizes básicas ou fundamentação teórica" (Reis Filho, 1981, p.71).

Após a Reforma de 1890

Com a reforma da Escola Normal pela Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892, os legisladores buscaram contemplar também o aspecto quantitativo derivado da necessidade de suprir as escolas elementares com professores bem formados e em quantidade suficiente para satisfazer a demanda que estas requeriam. De currículo marcadamente enciclopédico, com estudos científicos e línguas modernas e conservando um elenco de disciplinas tradicionais, percebe-se a intenção de se colocar maior ênfase na formação de professores, visando elevar a qualidade do ensino. Mesmo ampliando o currículo, o curso ainda funcionava em três anos. Um dado interessante introduzido pela reforma de 1892, visando valorizar o aproveitamento do curso durante os estudos, foi o fato de os alunos serem classificados pela nota final do diploma, para escolherem cadeira para lecionar, independentemente de concurso.

Em 1894, o Regulamento da Escola Normal, aprovado em 27 de novembro de 1893, distribuiu por ano e série as disciplinas e cargas horárias, acrescentando um ano de estudos ao curso, de acordo com o regimento interno da Escola Normal da capital, aprovado pelo Decreto nº 247, de 23 de julho de 1894. Por esse decreto, o currículo ficou assim estruturado (Reis Filho, op. cit., p.193-195):

Quadro 5 - Currículo da Escola Normal em 1894

PRIMEIRO ANO							
Seção Masculina		Seção		Feminina			
1ª Série	Nº aulas	2ª Série	Nº aulas	1ª Série	Nº aulas	2ª Série	aulas
Português	6	Português	6	Português	6	Português	6
Francês	6	Francês	6	Francês	6	Francês	6
Aritmética	3	Álgebra	3	Aritmética	3	Álgebra	3
Geografia do Brasil	2	História do Brasil	3	Geografia do Brasil	2	História do Brasil	3
Caligrafia e Desenho	3	Desenho	3	Caligrafia e Desenho	3	Desenho	3
Escrituração Mercantil	2	Escrituração Mercantil	2	Escrituração Mercantil	2	Trabalhos Manuais	2
				Trabalhos Manuais	2		
Total	22	Total	23	Total	24	Total	23

SEGUNDO ANO							
Seção Masculina		Seção		Feminina			
1ª Série	Nº aulas	2ª Série	Nº aulas	1ª Série	Nº aulas	2ª Série	Nº aulas
Português	5	Português	6	Português	5	Português	6
Inglês	6	Inglês	6	Inglês	6	Inglês	6
Geometria	3	Latim	3	Geometria	3	Latim	3
Geografia Geral	3	Geometria e Trigonometria	3	Geografia Geral	3	Geometria e Trigonometria	3
Desenho	3	Geografia	3	Economia	3	Geografia	3
Música	3	Geral	3	Doméstica	3	Geral	3
		Música	3	Música	3	Música	3
						Economia Doméstica	2
Total	23	Total	24	Total	23	Total	26

TERCEIRO ANO

Seção Masculina				Seção Feminina			
1ª Série	Nº aulas	2ª Série	Nº aulas	1ª Série	Nº aulas	2ª Série	Nº aulas
Português (História da Língua)	1	Latim	3	Português (História da Língua)	1	Latim	3
Latim	6	Mecânica	3	Latim	6	Mecânica	3
Mecânica	3	Astronomia	3	Mecânica	3	Astronomia	3
Astronomia	3	Elementar	3	Astronomia	3	Elementar	3
Elementar	3	Física	3	Elementar	3	Física	3
Física	3	Química	3	Física	3	Química	3
Agrimensura	1	História	3	Agrimensura	2	História Natural	3
Ginástica	2	Natural	3	Exercício de	2	Ginástica e Exercícios Militares	2
Exercícios de Ensino (Escola-Modelo)	5	Ginástica e Exercícios Militares	3	Exercício de Ensino (Escola-Modelo)	6	Exercícios de Ensino (Escola-Modelo)	4
		Exercícios de Ensino (Escola-Modelo)	3				
Total	24	Total	24	Total	24	Total	24

QUARTO ANO

Seção Masculina				Seção Feminina			
1ª Série	Nº aulas	2ª Série	Nº aulas	1ª Série	Nº aulas	2ª Série	Nº aulas
Química	3	Fisiologia e Noções de Higiene	3	Química	3	Fisiologia e Noções de Higiene	3
História Natural	3	História Universal	3	História Natural	3	História Universal	3
Anatomia	3	Pedagogia e Direção de Escolas	2	Anatomia	3	Pedagogia e Direção de Escolas	2
História Universal	3	História Natural (compi.)	2	História Universal	3	História Natural	2
Pedagogia e Direção de Escola	3	Economia	2	Pedagogia e Direção de Escola	3	Educação Cívica	2
Economia	3	Política e Educação Cívica	2	Exercícios de Ensino (Escola-Modelo)	3	Exercícios de Ensino (Escola-Modelo)	12
Política	3	Exercício de Ensino (Escola-Modelo)	12		9		
Exercício de Ensino (Escola-Modelo)	6						
Total	24	Total	24	Total	24	Total	24

A partir de 1894, em decorrência da divisão das escolas primárias em preliminares e complementares, aplicou-se também o mesmo procedimento na Escola Normal. Os alunos aprovados no 2º ano teriam direito a lecionar nas escolas preliminares e os aprovados no 3º ano, nas complementares. A escola passou a funcionar em quatro anos, por ser extremamente difícil os alunos estudarem em três anos as 20 matérias do programa, e logo o curso deixou de ser dividido em preliminar e complementar, por essa divisão ter provado sua inconveniência. As escolas primárias complementares não haviam sido criadas, e todos os alunos da Escola Normal preferiram o curso preliminar por este ser mais curto. A diferença entre a série masculina e a feminina situava-se nas disciplinas Economia Doméstica e Trabalhos Manuais. Os exercícios de ensino passavam a ter um papel mais destacado e possuíam a maior carga horária do currículo, numa demonstração da influência deixada por Caetano de Campos e pelo método intuitivo. A divisão do curso em masculino e feminino indica que o sistema co-educativo, tão veementemente pregado pelas escolas americanas e defendido pelas feministas, devia ter sofrido uma derrota perante os legisladores que organizaram o novo currículo.

Por essa época, a parcela feminina já era maioria, tanto na frequência ao curso normal, como no exercício da profissão, e muitas vezes femininas continuavam a demandar pela co-educação e pela profissionalização das mulheres. Seu principal argumento a favor da co-educação situava-se em que havendo a implantação do sistema co-educativo eliminar-se-iam as desigualdades no ensino derivadas do sexo. A separação, desde o ensino básico, era prejudicial às meninas, que se viam alijadas de um conhecimento mais amplo reservado aos homens. Com o crescimento populacional, a Escola Normal não conseguiu atender à demanda crescente do ensino primário, que exigia cada vez mais professores. Com os cofres públicos não podendo arcar com as despesas da criação de novas escolas normais, nem havendo professores suficientes para prover suas cadeiras, o Congresso adotou uma medida econômica para sanar o pro-

blema: as escolas complementares tornaram-se capacitadas a formar professores preliminares, desde que estes tivessem um ano de prática de ensino nas Escolas-Modelo do estado. Os alunos formados pelo ginásio do estado poderiam também lecionar nos cursos preliminares, mediante um ano de prática de ensino nas Escolas-Modelo. Para o direito de lecionar nas Escolas Complementares, tais alunos deveriam prestar exames das matérias do curso normal, não incluídas no currículo do ginásio. Estabeleceu-se, assim, um dualismo: uma Escola Normal de currículo enciclopédico e cursos complementares formando professores para as escolas preliminares, com o mesmo currículo das primeiras, exceto a formação pedagógica, que se efetivaria através dos "exercícios práticos" nas Escolas-Modelo. Vistas com desagrado por educadores, funcionando provisoriamente para atender a uma emergência, diferindo do alto padrão da Escola Normal da capital, as escolas complementares eram instituições fadadas a desaparecer.

A importância atribuída à Prática de Ensino efetuada nas Escolas-Modelo tornou-se maior, com incidência de alta carga horária. Os métodos e processos de ensino começavam a ocupar papel relevante no pensamento dos educadores da época, que consideravam indispensável na formação do professor seu preparo na técnica de transmissão de conhecimentos, a qual passava a ser rígida segundo algumas normas pré-fixadas e não de forma espontânea e de acordo com o pensamento livre de cada mestre. O treinamento prático na Escola-Modelo tornou-se requisito indispensável na formação dos professores, tanto que, no caso das escolas complementares, era fornecido aos alunos o diploma de professor da Escola Preliminar somente após estágio de um ano nas Escolas-Modelo. Como no currículo das Escolas Complementares as disciplinas não pertenciam ao elenco das pedagógicas, a formação profissional do professor ficava exclusivamente limitada ao desempenho e ao treinamento na Escola-Modelo, sem que houvesse uma fundamentação teórica proporcionada por disciplinas da área pedagógica, mais condizente com os objetivos formativos propostos pela Escola

Normal. Os currículos permaneceram inalterados até **1911**, quando as Escolas Normais passaram a se denominar "Secundárias" e as Complementares, "Escolas Normais Primárias". O Decreto nº 2.025, de 29 de março de **1911**, que converteu as "Escolas Complementares" em "Escolas Normais Primárias", instituiu a seguinte distribuição de matérias em curso de quatro anos, para ambos os sexos, separadamente:

Quadro 6 - Currículo da Escola Normal Primária em 1911

PRIMEIRO ANO	
Matérias	N ^o de aulas por semana
Português	3
Francês	3
Aritmética	3
Geografia Geral	3
Música	2
Trabalhos Manuais	2
Desenho	2
Total	18
SEGUNDO ANO	
Matérias	N ^o de aulas por semana
Português	2
Francês	2
Aritmética	3
Álgebra	2
Geometria Plana com Aplicação às Medidas	2
Geografia do Brasil	2
Pedagogia	3
Música	2
Trabalhos Manuais	2
Ginástica	2
Total	22

TERCEIRO ANO

Matérias	Nº de aulas por semana
Português	3
Francês	3
Geometria no Espaço	2
História Universal	2
Noções de Física e Química	3
Pedagogia	3
Música	2
Trabalhos Manuais	2
Ginástica	2
Desenho	2
Total	24

QUARTO ANO

Matérias	Nº de aulas por semana
Português	2
Francês	2
História do Brasil	3
História Natural com Aplicação à Agricultura e à Zootecnia	4
Pedagogia e Educação Cívica	6
Música	2
Trabalhos Manuais (para o sexo masculino)	2
Trabalhos Manuais (para o sexo feminino)	2
Ginástica	2
Desenho	2
Total	27

Invariavelmente, nas transformações sofridas pelo currículo, a formação geral se impunha à formação específica dos professores e professoras do curso primário. A disciplina Pedagogia ministrada a partir do 2º ano, era a única responsável pela parte pedagógica do curso, embora no 4º ano estivesse-

se, inexplicavelmente, articulada com Educação Cívica. A disciplina Trabalhos Manuais diferenciava-se para os dois sexos e, novamente, não havia referência aos exercícios práticos de ensino no currículo, embora se possa depreender que estes continuavam a ser realizados nas Escolas-Modelo.

Em 1913, as Escolas Normais Secundárias, pelo Decreto nº 2.367 de 14 de abril do mesmo ano, apresentavam novas variações no Plano de Estudos, com duração de quatro anos, ainda para alunos de ambos os sexos, separadamente, embora não fossem grandemente significativas. O aumento dos estudos pedagógicos mudou o perfil das Escolas Normais Secundárias, que passaram a ter um caráter mais específico e multifocal, abrangendo variadas áreas do conhecimento, o que evidenciava, apesar do arraigado caráter humanista, maior função propedêutica. Progressivamente, durante esse período, cresceram tanto o Curso Normal como o Primário, principalmente no Estado de São Paulo, cujas condições sócio-econômicas propiciaram esse desenvolvimento. A ampliação do tempo de escolarização, aliada a transformações no currículo, mais a prática na Escola-Modelo, melhorou o nível dos professores formados pela Escola Normal.

Apesar do aparente desenvolvimento educacional, principalmente se o comparamos com o do Império, a República, em que pese o *fervor pedagógico* inicial, não logrou progressos consideráveis no campo da educação. Uma educação encarada como meio de ascensão social tinha que ser conservada escassa e de tal forma moderada que não oferecesse riscos à ruptura da estrutura social conservadora e com resquícios aristocráticos dos tempos monárquicos. Mesmo assim, a necessidade da escola elementar cada vez mais se fez sentir e as camadas médias, nas quais se incluíam as pessoas ligadas ao magistério, participaram de alguma forma dos movimentos político-sociais, procurando alterar o panorama da sociedade, e nas suas reivindicações a escolarização apareceu com papel de destaque.⁶ Até os anos 20 a Escola Normal continuou passando por reformas, mas nenhuma significativa e que

6 "...de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo)" (Nagle, 1974, p.99).

modificasse estruturalmente os modelos anteriores. Houve apenas uma ampliação da cultura geral, que lhe deu as feições de uma escola secundária, permanecendo o aspecto profissional relegado a um segundo plano.

O elemento feminino cada vez mais se fez presente na instituição normalista, procurando-a em busca de conhecimento e para conseguir uma profissão. A Escola Normal significou a inserção definitiva das mulheres na educação escolarizada, representou a via que estas utilizaram para poder exercer uma profissão e foi determinante no trânsito do sexo feminino do espaço doméstico para o espaço público. Entretanto, as críticas à Escola Normal sempre foram contundentes no período em questão, conforme se verifica pelo que escreveu Paulo Pestana, colaborador do jornal *O Estado de S. Paulo*, a respeito do curso de formação de professores:

Essa preparação é deficiente, anarquizada, péssima sem exagero algum. As escolas normais primárias, caricaturas dos institutos de tal nome, ministram um ensino falho, insuficiente e lacunoso para o mestre primário. As outras esdruxulamente crismadas de "secundárias", padecem de grandes defeitos, dentre os quais destacamos a má distribuição das matérias pelos quatro anos e a ausência de acentuado caráter profissional.⁷

Mesmo assim, era cada vez maior o contingente de professores e, principalmente, de professoras que se formavam anualmente⁸. Sendo grande o número de crianças em idade escolar e com a possibilidade de trabalho para as mulheres, a instituição estava fadada a crescer. Porém, era reduzido o número de escolas primárias e não havia condições materiais para mantê-las, contrariando assim o ideal da República *da escola para todos*.

⁷ Inquérito sobre a Situação do Ensino Primário no Estado de São Paulo e suas necessidades. *O Estado de S. Paulo*, 3 mar. 1914, p.5. cf. Reis Filho, op. cit., p.135.

⁸ Já a 14 de julho de 1917, em sua Mensagem ao Congresso Legislativo, o presidente do Estado chamava a atenção para o excesso de professores que o sistema de ensino primário não estava conseguindo absorver, em virtude do ritmo insuficiente de seu crescimento: "... a dotação orçamentária, destinada ao ensino primário e ao provimento de novas cadeiras, não tem aumentado em proporção das exigências crescentes de nossa população e de nosso desenvolvimento material, donde resulta que, de cerca de mil professores habilitados anualmente nos nossos institutos normais, somente uma pequena parte, um terço, talvez, pode ser aproveitada na regência efetiva das escolas". (Anais da Câmara dos Deputados de São Paulo: 1917. São Paulo, 1918, p.16)

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Jane S. de. *Formação de professores do 1º grau: a Prática de Ensino em questão*. São Carlos, 1991. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de São Carlos.

_____. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação, USP.

_____. *Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.96, p.71-78, fev. 1996.

ANUÁRIOS do Ensino do Estado de São Paulo, 1846 a 1920.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

_____. *A educação entre dois mundos*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

_____. *A educação pública em São Paulo*. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.

BARBANTI, Maria Lúcia S.H. *Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens*. São Paulo, 1977. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Educação, USP.

_____. *Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, V.66, n.152, p.65-76, jan./abr. 1985.

BARROS, Roque Spencer M. de. (Org.). *Diretrizes e bases da educação nacional*. São Paulo: Pioneira, 1960.

_____. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, 1959.

Haidar, Maria de L.M. *O Ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo: EDUSP, 1972.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939-1940. 3 v.

MOACYR, Primitivo. *A instrução pública no Estado de São Paulo*. São Paulo: Ed. Nacional, 1942.

Nagle, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU: EDUSP, 1974.

_____ A educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. (Dir.). *Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1977. v.2, p.259-291. (História Geral da Civilização Brasileira, 9).

Prado Jr, Caio. *Evolução política do Brasil*. 12.ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Reis Filho, Casimiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez, 1981.

MOACYR, Primitivo. *Anais da Câmara dos Deputados*. 1917. São Paulo: Câmara dos Deputados, 1918, p.16.

_____ Decreto nº 739, de 16 de fevereiro de 1900. Dispõe sobre prática de ensino e expedição de diplomas de habilitação para o magistério a alunos de escolas complementares do Estado. *Coleção das leis e decretos do Estado de São Paulo*, v.10, p.38-39, 1901.

_____ Decreto nº 1.216, de 27 de abril de 1904. Aprova e manda observar o Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas-Modelo. *Coleção das leis e decretos do Estado de São Paulo*, v.14, p.41-43, 1905.

_____ Decreto nº 1.252, de 17 de novembro de 1904. Estabelece disposições para a execução da Lei nº 907, de 4 de julho de 1904, que suprimiu algumas cadeiras da Escola Normal. *Coleção das leis e decretos do Estado de São Paulo*, v.14, p.154, 1905.

MOACYR, Primitivo. Decreto nº 2.025, de 29 de março de 1911. Institui o curso de quatro anos para a Escola Normal Primária. *Coleção das leis e decretos do Estado de São Paulo*, v.21, p.145, 1912.

_____ Decreto nº 2367 de 13 de abril de 1913. Aprova o regulamento das escolas normais de curso secundário e escolas anexas. *Coleção das leis e decretos do Estado de São Paulo*, v.23, p.96, 1937.

TANURI, Leonor M. *O ensino normal no Estado de São Paulo: 1890-1930*. São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 1979. Estudos e Documentos.

WEREBE, Maria José G. *Grandezas e misérias do ensino brasileiro*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

Recebido em 10 de abril de 1996.

Jane Soares de Almeida, doutora em História e Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo (USP), é professora-assistente do Departamento de Didática da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Araraquara-SP.

In the period between 1846-1920 Normal Schools in State of São Paulo-Brazil introduced a curricular organization in which the general culture superseded the pedagogical course aspect. The reform accomplished by Caetano de Campos which have had american inspiration, introduced a curricular structure emphasizing students practice activities realized in

the model-schools that until now remains in the education teachers formation courses. Knowing the curricular structure of the old Normal Schools in São Paulo permits to rethink the organizational dimension of the teachers formation in the state and the country through one course notable for high attendance of the female contingent.

Tout au long de la période de 1846 à 1920, l'enseignement de l'École Normale de l'Etat de São Paulo accordait une importance plus grand aux aspects liés à la culture générale qu'à son organisation pédagogique. La réforme menée par Caetano de Campos, en 1890, d'inspiration nord-américaine, a introduit une structure dans laquelle l'accent était mis sur les activités pratiques, dans les écoles-modèle. Ceci se maintient jusqu'à présent dans les cours de formation de professeurs pour le deuxième degré scolaire (lycée). Connaître la structure des disciplines et leurs contenus respectifs des anciennes écoles normales de São Paulo permet de repenser à la dimension de l'organisation dans la formation des professeurs dans l'état et le pays, au sein d'un cours dont le trait distinctif est la présence d'un important effectif féminin.

En el periodo que va de 1846 hasta 1920, la Escuela Normal del Estado de São Paulo presentaba una organización curricular en la cual la cultura general se sobreponía al aspecto pedagógico del curso. La reforma realizada por Caetano de Campos en 1890, de inspiración norteamericana, introdujo una estructuración curricular con énfasis en las actividades prácticas de los alumnos realizadas en las escuelas modelo, que se mantiene hasta los tiempos actuales en los cursos de formación de profesores en el nivel secundario. Conocer la estructura curricular de las antiguas Escuelas Normales en São Paulo permite un repensar de la dimensión organizativa de la formación de los profesores en el Estado y en el País a través de un curso que se notabilizaba por la frecuencia del contingente femenino.